

Ao lado de Delcídio (E), Marconi preside comissão que vai investigar denúncia



Comissão apura nova denúncia contra Dilma

Um total de 11 pessoas vai depor na investigação da Comissão de Infra-Estrutura sobre suposta interferência de ministra no episódio da venda da Varig. **Página 6**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.819 – Brasília, sexta-feira, 6 de junho de 2008

CPI termina sem indiciar ninguém. Oposição vai ao Ministério Público

Por 14 votos a 7, CPI mista acolheu ontem o texto do deputado Luiz Sérgio, que não pede o indiciamento de nenhuma autoridade apontada pelo uso irregular de cartões corporativos. Oposição apresentou voto em separado denunciando 473 servidores



Marisa Serrano, ao lado de Luiz Sérgio, preside última reunião da comissão mista

No relatório, Luiz Sérgio atribui a enganos as irregularidades praticadas por ministros do atual governo. Também sugere projeto para regulamentar o uso dos cartões. A oposição vai pedir ao Ministério Público que investigue as denúncias. **Páginas 4 e 5**



José Agripino acompanha leitura do voto em separado do deputado Índio da Costa

Pressa nas medidas contra a pedofilia

Os integrantes da CPI estiveram com o presidente Lula e receberam garantia de que o governo vai se empenhar pela aprovação rápida de projeto que tipifica o crime de pedofilia. **Página 5**

Proposta agência para desenvolver o Mercosul

O Mercosul pode ser impulsionado por uma agência de desenvolvimento, segundo proposta de Aloizio Mercadante, presidente da Representação Brasileira no bloco. **Página 7**

O senador Eduardo Suplicy conversa com o sargento Fernando de Alcântara, cujo companheiro, o também sargento Laci de Araújo, foi preso pelo Exército depois de entrevista em que assumiram uma relação homossexual. Suplicy e outros senadores acompanham o caso. **Página 6**



Projetos beneficiam pessoas com deficiência física

O projeto que caracteriza a visão monocular como deficiência visual está entre as propostas acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos, que também aprovou proteção aos trabalhadores com mais de 60 anos. **Página 8**

Participantes de ciclo de debates sobre controle público apontam necessidade de se aperfeiçoar o acompanhamento das contas dos estados e municípios



Amilson de Araújo (E), Luiz Vieira, Casagrande, Valter Pereira, Fábio Gondim e Leany Lemos durante ciclo de debates na CMA

Falta de controle interno dificulta atuação dos tribunais de contas

A melhoria do controle interno em prefeituras e governos estaduais foi apontada pelo vice-presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Luiz Sérgio Gadelha Vieira, como base para um eficiente controle externo realizado pelas cortes de contas do país.

Em debate promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o conselheiro, que integrou a quarta mesa do ciclo de debates “Controle Público – Instrumento de Cidadania”, promovido pela CMA, defendeu o aperfeiçoamento no acompanhamento das contas dos executivos municipais e estaduais.

Luiz Vieira disse concordar com a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos tribunais de contas, sugerida em proposta de emenda à Constituição de Renato Casagrande (PSB-ES), a PEC 30/07. No debate, Casa-

grande defendeu maior agilidade no exame da PEC, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O vice-presidente da Atricon ressaltou ainda a necessidade de se alterar a legislação atual, dando aos tribunais de contas poderes para requerer a quebra de sigilos fiscal e bancário dos investigados. Ele propôs também maior agilidade na cobrança de dívidas determinada pelos órgãos. Luiz Vieira informou que serão inaugurados no fim deste mês um portal e uma rede de informação pela internet interligando os tribunais e facilitando a comunicação com a sociedade.

– Segundo técnicos do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], será o maior programa de modernização do controle externo no mundo – frisou.

Integração

O presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenastc), Amilson Carnei-

ro de Araújo, disse ser necessário integrar os tribunais, os quais, observou, enfrentam realidades muito heterogêneas.

Amilson de Araújo também vê como distorção o fato de os tribunais de contas estaduais e municipais não serem responsáveis pela aprovação da gestão fiscal de governadores e prefeitos, o que, pela legislação, é atribuição das respectivas câmaras legislativas.

– E não há notícia de contas rejeitadas pelas câmaras legislativas – destacou.

Ele questionou ainda o fato de os conselheiros dos tribunais de contas serem escolhidos pelos chefes dos executivos e pelo Legislativo. Para o palestrante, critérios político-partidários marcam as escolhas e resultam em influências nas decisões dos tribunais, comprometendo a isenção dos mesmos. Como forma de resolver o problema, o presidente da Fenastc sugeriu a adoção de concurso público para provimento de vagas de conselheiros.

“Não há informações confidenciais no Orçamento”, diz consultor

O consultor-geral de Orçamento do Senado, Fábio Gondim Pereira da Costa, afirmou, durante o debate na CMA, que todas as informações referentes às emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento são transparentes e estão disponíveis ao cidadão.

– Cada real que é incluído na lei orçamentária tem [registro] digital. Não existem informações confidenciais – destacou.

Fábio Gondim explicou como funciona o Siga Brasil, sistema de informações criado pela Consultoria de Orçamentos para

possibilitar o acesso, pela internet, a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais. De acordo com o consultor, o Siga Brasil é muito útil também para os próprios parlamentares.

– Agora, é possível ter acesso a todas as emendas e pareceres, saber quem propôs o quê e como foram aplicados os recursos das emendas parlamentares – disse.

Ele informou que a consultoria pretende disponibilizar em breve também as bases de dados de estados e municípios.

Cientista política destaca papel fiscalizador do Congresso

Em sua participação no ciclo de debates promovido pela CMA, a cientista política Leany Barreiro Lemos informou que, de 1988 a 2005, mais de um terço da atividade parlamentar do Congresso referiu-se a ações de controle, como convocação de ministros, audiências públicas, sabatina de autoridades e requerimentos de informação ao Executivo.

A pesquisadora – que é coordenadora do curso de especialização em Ciência Política da Universidade do Legislativo

Brasileiro (Unilegis) – cobrou do Congresso, porém, medida para que disponibilize na internet os dados do período anterior a 1995, principalmente os referentes às audiências públicas.

Leany Lemos também recomendou ao Senado que disponibilize, a exemplo do que faz a Câmara dos Deputados, os dados sobre as votações nominais dos parlamentares, o que permitiria à população realizar o chamado “controle vertical”, acompanhando como vota cada senador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Paulo Paim (PT-RS), João Pedro (PT-AM) e Serys Shhessarenko (PT-MT).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Antônio Carlos Valadares

Senadores homenageiam Dia Mundial do Meio Ambiente

A passagem, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente foi lembrada por vários senadores que fizeram discursos sobre o tema. O combate ao aquecimento global e ao desmatamento na Amazônia, a busca do desenvolvimento sustentável, a necessidade de revitalização do rio São Francisco e as pesquisas

nas áreas de energias alternativas, como o biocombustível, e de produção de alimentos foram destacados pelos parlamentares. Desde que a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, realizou a Conferência sobre o Ambiente Humano, 5 de junho é lembrado em todos os países como o Dia Mundial do Meio Ambiente. Na

reunião, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia), a ONU estabeleceu a Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios, e um plano de ações que deveria orientar as atitudes humanas, as atividades econômicas e as políticas, de forma a garantir maior proteção ambiental.

Serys Slhessarenko



É preciso vencer os interesses dos países ricos

Mesmo demonstrando otimismo em relação à emergência de uma economia sustentável no Brasil, Serys Slhessarenko (PT-MT) ponderou que, para que isso ocorra, muitos desafios precisam ser vencidos, principalmente as batalhas contra os interesses dos países ricos.

– Ao contrário de muitos, as nossas ações para salvar o planeta e o meio ambiente estão no caminho certo – afirmou.

Como cenários futuros, a senadora vislumbra para 2012 o acordo “pós-Kyoto”, etapa posterior ao protocolo por meio do qual se estabeleceram limites à emissão de gás carbônico.

Serys também abordou as discussões em torno da política de meio ambiente para a Amazônia.

– Evidentemente que não deveremos politizar o problema amazônico, mas não podemos esquecer que a Amazônia não é só nossa, mas igualmente de nossos vizinhos – observou.

João Pedro



Na Amazônia, nível de desmatamento está “inconcebível”

Desde o estabelecimento de 5 de junho como Dia Mundial do Meio Ambiente, em 1972, afirmou João Pedro (PT-AM), tem havido um rico debate sobre o tema, e o Brasil não deixou de participar dele.

O senador parabenizou o presidente Lula pelas medidas sobre o tema que assinou, em especial por duas que dizem respeito ao Amazonas: a criação da reserva extrativista de Ituxi, com extensão de 776,9 mil hectares; e a do Parque Nacional Manpiguari, com 1,6 milhão de hectares.

O Brasil tem 8,3% de seu território destinado a reservas ambientais e indígenas, disse João Pedro, mas ainda há muito o que fazer nesse área, “pois é inconcebível o nível de desmatamento recentemente registrado na Amazônia, com uma área do tamanho do estado do Rio de Janeiro”. Ele conclamou os países ricos a compatibilizarem a renda com “o mais importante”: a vida dos seres humanos.

Antônio Carlos Valadares



Pela revitalização ambiental do rio São Francisco

Um apelo à votação, na Câmara, da proposta que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco, foi feito por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Autor da proposição (PEC 524/02), o senador explicou que ela foi aprovada por unanimidade pelo Senado e que um requerimento solicitando prioridade na tramitação foi encaminhado ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

– É a chamada PEC da Revitalização, que concede recursos certos e determinados, durante 20 anos, para a completa restauração do curso do rio São Francisco, revitalização das matas ciliares e obras de saneamento básico. Esse projeto é da mais alta importância – afirmou.

Valadares também lembrou que 2008 é comemorado como o Ano Internacional do Saneamento.

Marina Silva



Atender o presente sem comprometer o futuro

O Dia Mundial do Meio Ambiente não deveria ficar restrito à comemoração, disse Marina Silva (PT-AC), mas levar à ação em busca de uma saída para “o dilema civilizatório do século 21”.

– Há uma diferença entre crescer e desenvolver. A idéia de desenvolvimento pressupõe também o estabelecimento de processos civilizatórios que não comprometam os recursos de milhares de anos pelo lucro de apenas alguns anos ou décadas. É esse o desafio que estamos vivendo. Hoje, perdemos biodiversidade mil vezes mais rápido do que há 50 anos – alertou.

A senadora acrescentou que as economias dos países em desenvolvimento dependem da sua biodiversidade em torno de 65% a 70% em relação aos seus PIBs. No caso do Brasil, ressaltou, é apenas de 50%.

“É muito fácil defender os interesses dos que estão aqui. Difícil é defender os direitos dos que ainda não nasceram”, concluiu.

Renato Casagrande



Descentralização do licenciamento ambiental

Segundo Renato Casagrande (PSB-ES), a questão ambiental tem sido discutida de forma permanente no Senado neste ano, o que demonstra o interesse da sociedade pelo assunto. O senador parabenizou a equipe do **Jornal do Senado** pela publicação de edição especial alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Entre os pontos positivos da questão ambiental no país, Casagrande citou o fato de o Brasil contar com quase 50% de sua área territorial em florestas; a oferta de recursos hídricos; a biodiversidade; programas alternativos de geração de energia; e a atuação da Embrapa na pesquisa de produção de alimentos.

Como fatores negativos, destacou o aumento na velocidade do desmatamento e o modelo de desenvolvimento adotado, que, segundo o senador, destrói os recursos naturais e concentra renda. Ele defendeu a descentralização no processo de licenciamento ambiental.

Geraldo Mesquita Jr.



Cobrança de incentivo para exploração legal

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que as práticas ilegais na Amazônia, como o desmatamento criminoso, devem ser combatidas, e que as práticas benéficas para o desenvolvimento da região – a exploração sem o comprometimento da integridade da floresta – devem ser incentivadas pelo governo.

– Vamos proteger nossas florestas daqueles que atuam de forma criminosa. Agora, o governo tem de ser ágil, eficaz e eficiente no trato e na parceria com aqueles que querem produzir, explorar, fazer o que eu chamo de desmate legal e que são os projetos de manejo sustentável.

O senador sugeriu a criação de batalhões das Forças Armadas para o combate às ações ilegais na Amazônia. Ele disse que o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) deveria espalhar unidades por toda a floresta para incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico.

Jefferson Praia



Proteção à Amazônia passa por investimento em capital intelectual

Caso se mantenha o ritmo de desmatamento atual na Amazônia, em 2050 estarão destruídos 40% da cobertura original da floresta, hoje já reduzida

em 17%, alertou Jefferson Praia (PDT-AM). Para evitar esse resultado, em sua opinião, são necessários investimentos em capital intelectual, em ciência e

tecnologia.

Para o senador, o investimento deve começar pela educação de crianças e adolescentes, com a criação de uma consciência ambiental

que levará ao aprendizado da preservação. Já o investimento em pesquisa permitirá aliar proteção ao meio ambiente com o desenvolvimento da região,

inclusive com a produção de alimentos. Jefferson Praia também citou o “valor incalculável” da biodiversidade das espécies que devem ser preservadas.

Líder do DEM, José Agripino afirma que CPI deve explicações à nação, porque muitos parlamentares “não tinham compromisso com a opinião pública”

Oposição pede ao Ministério Público que investigue cartões

O líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que os partidos de oposição no Congresso Nacional pedirão ao Ministério Público que investigue os crimes apontados no voto em separado do deputado Índio da Costa (DEM-RJ) à CPI que investigou os gastos com cartões corporativos governamentais. O voto em separado, que perdeu para o texto apresentado pelo relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), por 21 votos a sete, também será encaminhado ao Ministério Público para que se aprofundem as investigações.

O senador disse que “a CPI deve explicações à nação”, uma vez que muitos deputados e senadores “não tinham compro-



Agripino observa que 84% dos requerimentos foram rejeitados

misso com a opinião pública, mas com o Palácio do Planalto”. José Agripino lembrou que 84% dos requerimentos apresentados foram rejeitados, evidenciando

que “a maioria governista na comissão não quis que fosse feita a devida investigação”.

Impunidade

Para o senador, o resultado da CPI favorece a impunidade:

– Não basta identificar a culpa, é preciso que se puna, para que a impunidade não funcione como um estímulo à prática do ilícito – afirmou.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que, apesar da tentativa de muitos parlamentares “de tentar transformar a CPI em um circo”, houve um grande resultado concreto, pois “ficou claro que o governo cometeu ilícitos e não se propôs a apurá-los, mas a escondê-los”.



Vários parlamentares levaram a Lula informações sobre práticas de pedofilia no país

Presidente Lula apóia penas altas para pedófilos, diz Magno Malta

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), classificou como “fantástica” a reunião da CPI com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida ontem no Palácio do Planalto.

– Ele ficou chocado com as barbaridades que pudemos ver até agora. Recebeu com muito carinho os integrantes da comissão e deu garantias de que fará tudo para dar celeridade, por exemplo, à proposta que tipifica a pedofilia – informou à Agência Senado.

Proposição nesse sentido está em fase de elaboração pela CPI e prevê penas de até 30 anos de prisão para pedófilos. O presidente Lula, segundo Magno Malta, também apoiou a proposta de criação de um departamento específico para crimes cibernéticos na Polícia Federal.

– O presidente Lula concorda com a aplicação de penas altas para esses criminosos e até com o rastreamento eletrônico – disse.

De acordo com Magno Malta,

Lula também se mostrou surpreso com a atuação de *sites* da internet que não cumprem a lei brasileira.

Participaram da reunião as senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO); os senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE); o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, além das deputadas Sandra Rosário, Perpétua Almeida, Nilmar Ruiz e Cida Diogo.

Agenda

Na próxima semana, a CPI vai a Porto Alegre: nos dias 9 e 10, seus integrantes deverão se encontrar com o procurador-geral do Rio Grande do Sul, Mauro Renner, e a promotora responsável pela prisão dos diretores do campo de nudismo Colina do Sul, por suposto envolvimento com pedofilia. Eles também vão participar de encontros com os membros das comissões de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.



Heráclito acusa Luiz Sérgio de omitir acusação a autoridades

Heráclito: “Relatório desrespeita opinião pública”

“Um desrespeito ao bom senso e à opinião pública” – assim Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou o relatório final da CPI dos Cartões Corporativos, elaborado pelo deputado Luiz Sérgio e aprovado ontem. Heráclito disse que o deputado incluiu em seu relatório ministros do governo Fernando Henrique Cardoso e omitiu completamente autoridades do governo Lula envolvidas no uso irregular dos cartões corporativos e com a elaboração do dossiê com gastos do presidente anterior.

– Nunca imaginei que o homem que chegou ao posto de líder do PT na Câmara dos Deputados se prestasse a um papel vergonhoso daquela natureza, em que omitiu fatos e apontou pessoas simplesmente para atender à ganância política e aos objetivos escusos dos aloprados, grupo ao qual a partir de agora pertence – afirmou.

Wellington Salgado (PMDB-MG) saiu em defesa do relator dizendo, em aparte, que é injusta a acusação de Heráclito ao deputado Luiz Sérgio, pois o relatório foi aprovado na proporção de dois votos para um. Ele observou que a partir daí a responsabilidade do relatório não é somente do relator, mas compartilhada com os demais parlamentares que o aprovaram.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) também manifestaram preocupação com os resultados da CPI.



Wellington pediu exclusão de Pimenta da Veiga do relatório

“Faço o que é melhor para o Brasil”, afirma Wellington

“Não faço o que vossa senhoria quer. Faço o que é melhor para o Brasil, que é esse governo que está aí.” O desabafo foi feito por Wellington Salgado (PMDB-MG), que se sentiu ofendido com as críticas de Heráclito Fortes (DEM-PI), que, em pronunciamento anterior, havia desaprovado o relatório do deputado Luiz Sérgio.

Durante a apresentação do relatório, foi acatado requerimento de Wellington que suprimiu o documento acusações a Pimenta da Veiga, ministro durante o governo FHC, a respeito de supostas irregularidades no uso de cartão corporativo.

Após o pronunciamento de Wellington, Heráclito voltou à tribuna e disse que não quis ofender o senador pelo PMDB mineiro.

– Vossa senhoria não prestou atenção ao que eu disse. O que eu disse foi que a minha responsabilidade é bem menor que a de vossa excelência, até porque ocupa uma cadeira em que sentou Tancredo Neves e Magalhães Pinto. Onde está a ofensa? Disse apenas que o relatório é perverso, injusto e irresponsável, além de condenar pessoas que não tiveram direito de defesa. O que me revoltou foi alguém querer colocar o nome desse mineiro extraordinário em relatório dessa natureza. Ele teve de vossa excelência a deferência que outros não tiveram de defendê-lo. E os que não tiveram? – indagou.

Paim registra visita de Lobão ao Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) registrou a visita ontem do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, ao Rio Grande do Sul. Segundo informou, o ministro fez um roteiro que incluiu ida à Usina Termelétrica de Candiota, no município do mesmo nome; uma palestra na Assembléia Legislativa sobre a questão da matriz energética para o estado e uma visita à siderúrgica do Grupo Gerdau, em Sapucaia do Sul, no Vale dos Sinos.

O senador gaúcho ressaltou a importância da discussão sobre a definição de uma nova matriz energética para o estado.

Raupp quer “PAC do Cacau” para Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) considera injusto que seu estado fique de fora dos benefícios oferecidos à lavoura cacauzeira baiana, voltados para a aceleração do desenvolvimento e diversificação do agronegócio naquela região. O plano vem sendo chamado de “PAC do Cacau” em referência ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além da repactuação da dívida dos produtores, estimada em R\$ 700 milhões, o plano prevê a injeção de R\$ 2 bilhões em novos recursos para a renovação de cacauais.

Luiz Sérgio atribui a enganos as irregularidades praticadas por ministros da atual administração e denuncia integrantes do governo Fernando Henrique

CPI aprova relatório final que não pede indiciamento

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos aprovou ontem, por 14 votos favoráveis e 7 contrários, o relatório final apresentado pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). No texto, lido na última terça-feira, o relator não pede o indiciamento de nenhuma autoridade apontada pelo uso irregular de cartões corporativos. Para ele, se for necessário solicitar o indiciamento, isso deve ser feito pelo Ministério Público.

Luiz Sérgio também não aborda no relatório o caso do suposto dossiê, documento que divulgou para a imprensa dados de gastos sigilosos realizados pelo ex-presidente Fernando Henrique. Segundo o deputado, essa é uma questão que deve ser investigada pela Polícia Federal, e não pela CPI dos Cartões Corporativos.

O relator aceitou, porém, sugestões de modificação de redação propostas pelo deputado Paulo

Teixeira (PT-SP) referentes às solicitações de investigação contra ex-ministros do governo Fernando Henrique. Luiz Sérgio mudou alguns trechos, mas o pedido de investigação foi mantido.

O relatório propõe um projeto de lei destinado a regulamentar o uso de cartões corporativos, cuja aprovação Luiz Sérgio quer que seja feita com a maior rapidez possível. Entre as sugestões, o projeto determina que os extratos de gastos sigilosos ligados à Presidência da República sejam divulgados um ano após o fim do mandato do presidente. A proposição sugerida também



Marisa Serrano conversa com o relator Luiz Sérgio: presidente da CPI diz que sai com "sentimentos divididos"

proíbe o saque em espécie, excluindo "casos excepcionais" – a serem definidos pelos órgãos –, que não podem ultrapassar 30% do limite do cartão. O texto ainda determina que os extratos dos cartões corporativos sejam divulgados mensalmente na internet.

teriam sido cometidas por ministros e ex-ministros do atual governo. Destaca que ministros do governo Fernando Henrique Cardoso cometeram "erros e delitos muito mais graves do que os já mencionados".

De acordo com Luiz Sérgio, a

Luiz Sérgio defende em seu relatório a manutenção do uso de cartões corporativos e conclui que as denúncias de irregularidades não eram procedentes e, em sua maioria, foram originadas em erros da imprensa.

Enganos

O relator atribui ainda a enganos as irregularidades no uso de cartões corporativos que

ex-ministra da Secretaria Especial da Igualdade Racial Matilde Ribeiro enganou-se em um *free shop* ao usar o cartão corporativo, no lugar do seu cartão pessoal, para pagar uma conta no valor de R\$ 461,16. Isso também teria ocorrido com o ministro do Esporte, Orlando Silva, que, segundo Luiz Sérgio, confundiu o cartão corporativo com o cartão pessoal ao pagar uma despesa alimentar de R\$ 8,30 em Brasília, o que é proibido.

Em relação ao governo passado, o deputado apresentou denúncias de uso irregular de cartão pelos ex-ministros da Educação Paulo Renato; do Planejamento Martus Tavares; da Comunicação Pimenta da Veiga; da Reforma Agrária Raul Jungmann; e da Cultura Francisco Weffort. Luiz Sérgio sugeriu que esses ex-ministros apresentem à Controladoria Geral da União justificativas de despesas ou devolvam recursos.

"Talvez a sociedade saia com um pouco de sabor amargo"

Após ter encerrado a última reunião da CPI, a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), afirmou que estava "com sentimentos divididos". Do ponto de vista positivo, disse ter certeza de que o governo federal e também governos estaduais e municipais passaram a ter mais cuidado com os suprimentos de fundo – cartões corporativos e contas tipo B. Para a senadora, o maior ponto negativo da comissão foi a dificuldade para aprofundar as investigações.

– Saio um pouco decepcionada com a incompreensão de alguns deputados e senadores para com a eficácia da CPI. Mas vou levar daqui pelo menos a garantia do dever cumprido. Cabe à consciência de cada um [avaliar] que tipo de trabalho prestou e que tipo de resposta deu à sociedade – observou.

Marisa Serrano salientou que talvez os parlamentares da comissão devessem ter pensado mais na "função pedagógica" e no exemplo que o Congresso Nacional estava dando à sociedade.

– Para o bem e para o mal, serviu de lição a todos. Todos aprendemos algo. Mas talvez a sociedade saia com um pouco de sabor amargo – afirmou.

A senadora disse ainda que agora as investigações sobre uso irregular de cartão corporativo ficam a cargo do Ministério Público e da Polícia Federal. Ela não afastou a possibilidade de ser criada uma CPI para investigar as denúncias da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu – de que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria praticado tráfico de influência para favorecer os compradores da Varig e da VarigLog.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), frisou que a CPI acabou em uma "clara pizza", à revelia do caráter da presidente, Marisa Serrano, e de parlamentares da oposição. Também admitiu a criação de uma CPI para investigar as denúncias de Denise Abreu, mas garantiu que dessa vez deverá ser composta apenas de senadores.

O voto em separado da oposição acusa 473 servidores

O voto em separado apresentado pelos partidos de oposição – PSDB, DEM, PSOL e PPS – à CPI, e que nem chegou a ser votado porque o relatório do deputado Luiz Sérgio foi aprovado, pede ao Ministério Público o indiciamento de 473 servidores suspeitos de uso indevido de cartões corporativos. Desse total, o documento, lido pelo deputado Índio da Costa (DEM-RJ), propõe a abertura de processo na Comissão de Ética Pública contra 37 desses servidores e autoridades.

Entre essas autoridades, estão a ministra, Dilma Rousseff, e os servidores da Casa Civil Erenice Alves, Maria de La Soledad e José Aparecido Nunes. A oposição também sugere indiciamento e abertura de processo contra os ministros Orlando Silva (Esporte) e Altemir Gregolin (Aquicultura e Pesca) e os ex-ministros Olívio Dutra (Cidades), Benedita da Silva (Assistência Social), Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) e Matilde Ribeiro (Igualdade Racial). Pede ainda o indiciamento do presidente do Inbra, Rolf Hackbart, e do servidor Waldir Richter, pelo pagamento de serviço de internet em favor de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente.



Ao lado de José Agripino, Índio da Costa (E) apresenta voto

Maioria governista determinou o andamento dos trabalhos

A CPI Mista dos Cartões Corporativos teve história conturbada desde sua criação, marcada por idas e voltas e polêmicas entre parlamentares do governo e da oposição. Chegaram a ser elaborados dois requerimentos para criar comissões que funcionariam apenas no Senado, mas acabou sendo instalada, no dia 21 de fevereiro, a CPI mista, formada por senadores e deputados.

Em fevereiro, o líder do governo na Casa, senador Romero Jucá (PMDB-RR), propôs a realização de uma CPI no Senado e conseguiu o número necessário de assinaturas para sua instalação.

Por acordo com a oposição, porém, acabou sendo instituída uma comissão mista, a requerimento do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). A disputa continuou, já que a oposição passou a exigir a presidência do colegiado. Como instrumento de pressão, novo documento para criação de uma CPI no Senado foi apresentado, dessa vez por um líder da oposição, senador Arthur Virgílio.

Mais uma vez foi possível fechar um acordo, com Marisa Serrano eleita presidente da CPI, enquanto a relatoria ficou com o deputado Luiz Sérgio. Ainda assim, a possibilidade de uma CPI no Senado, solicitada em requerimento encaminhado à Comissão Diretora no dia 19 de fevereiro, eventualmente era lembrada pela oposição como instrumento de pressão.

O funcionamento da CPI mista foi marcado pela atuação da maioria governista, que determinou o andamento dos trabalhos. Ao derrubar requerimentos de parlamentares da oposição, os governistas mantiveram as investigações limitadas aos gastos com cartões corporativos, já publicados no Portal da Transparência, e às auditorias realizadas pelo TCU. Os gastos sigilosos da Presidência da República mantiveram-se, em sua maior parte, resguardados do exame dos parlamentares. Não foi aprovado nenhum pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico.

Denise Abreu, ex-diretora da Anac, acusa ministra-chefe da Casa Civil de haver favorecido o fundo norte-americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros na compra da Varig e da VarigLog

Comissão investiga denúncias contra Dilma no caso da venda da Varig

Senadores da base do governo e da oposição decidiram ontem, em reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), investigar as denúncias da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu de que a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, teria favorecido, em 2005, o fundo norte-americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros durante o processo de venda da Varig e da VarigLog.

Em duas rodadas – nas próximas quartas-feiras, 11 e 18 –, serão ouvidas pela comissão 11 pessoas, entre elas Denise Abreu e



Na reunião da CI, Romero Jucá (E), João Durval e Flexa Ribeiro

o advogado Roberto Teixeira, amigo do presidente Lula. De acordo com as denúncias, Teixeira teria usado seus contatos junto ao governo federal a fim de obter vantagens financeiras para os compradores da Varig e da VarigLog,

subsidiária que opera no transporte de carga.

A ministra Dilma Rousseff não foi convidada para prestar depoimento nesta pré-apuração das denúncias.

A oposição advertiu que, se os depoimentos não fo-

rem convincentes e Denise Abreu confirmar as denúncias perante a CI, haverá pedido de criação de CPI para apurar as denúncias.

CPI

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), protocolou na noite de ontem, perante a Mesa do Senado, requerimento de informações solicitando a Dilma Rousseff explicações detalhadas sobre a denúncia de Denise Abreu.

Virgílio quer saber, entre outras questões, se a ministra já recebeu alguma visita dos três sócios brasileiros e se ela participou de reunião para tratar da venda da empresa Varig.



Feijó, Camata e Valadares na homenagem à CNPL pelos 54 anos

Senadores homenageiam os profissionais liberais

O Senado prestou ontem homenagem à Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL) pelos seus 54 anos, atendendo a requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES). A entidade engloba 38 federações nacionais, estaduais e municipais e mais de 600 sindicatos de todo o país.

No Brasil, existem cerca de 5 milhões de profissionais liberais, entre eles médicos, advogados, odontólogos, contabilistas, corretores de imóveis, fisioterapeutas e outros que empregam seus conhecimentos técnicos ou científicos em favor da sociedade e podem trabalhar sem vinculação a empresas ou ao serviço público.

Estiveram presentes ao Plenário do Senado o presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, Francisco Antônio Feijó, e a diretoria da entidade. A homenagem foi aberta por Alvaro Dias

(PSDB-PR), que concorreu com a pregação da CNPL de que as entidades sindicais devem investir na formação profissional de seus representados.

Camata lembrou que profissionais liberais estiveram presentes em momentos críticos da história brasileira – José Bonifácio (Independência), Joaquim Nabuco (Abolição da Escravatura) e Benjamin Constant (Proclamação da República).

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o ativista político, minerador e militar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, “o maior herói brasileiro”, também era profissional liberal, como o próprio nome diz.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que os profissionais liberais “têm de ser corajosos”, pois é difícil “enfrentar o mercado de trabalho competitivo sem a proteção” de uma carteira de trabalho assinada por uma empresa.

Ministra deve debater situação da hidrelétrica de Belo Monte

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), informou que a ministra Dilma Rousseff deverá ser convocada para debater, no próximo dia 19, a situação da hidrelétrica de Belo Monte (PA). Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é o autor do requerimento para a realização da discussão.

Marconi lembrou que o requerimento que pede a presença de Dilma foi aprovado em 8 de fevereiro de 2007. Ele explicou que, mais recentemente, as convocações foram adiadas para aguardar o processo de substituição do titular do Ministério do Meio Ambiente, pois a ex-ministra Marina Silva também deveria participar do debate.

Mozarildo diz que vai processar autores de notícia inverídica

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que irá acionar judicialmente algumas fontes noticiosas de Roraima que publicaram notícia inverídica segundo a qual ele teria votado contrariamente ao mérito do Projeto de Lei de Conversão 15/08. Originário da Medida Provisória 418/08, o PLV alterou a lei que estabeleceu as regras para criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) e também a que criou as zonas de livre comércio de Pacaraima e Bonfim, em Roraima.

O senador disse que votou a favor do projeto, no mérito, mas contra a sua admissibilidade, como tem feito em todas as votações de medidas provisórias.

Senadores dão apoio a sargentos do Exército

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que está prestando apoio aos sargentos do

Exército que assumiram relação homossexual em entrevista à revista *Época*. O senador disse

que esteve no hospital, em Brasília, para onde o sargento Laci Marinho de Araújo foi transferido. O militar foi preso em São Paulo, acusado de deserção. O seu companheiro, sargento Fernando de Alcântara de Figueiredo, esteve à tarde no Senado, onde recebeu apoio de Suplicy e José Nery (PSOL-PA).

HERÁCLITO: PROMESSAS FEITAS AOS PIAUIENSES NÃO SÃO CUMPRIDAS

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) acusou ontem o governo federal de “fazer apenas promessas” aos piauienses, iniciando obras de “cunho eleitoral”, e que contrariam a legislação eleitoral, sem os recursos assegurados. O parlamentar comentou matéria veiculada pela TV Globo, na semana passada, mostrando a existência de computadores “encaixotados, jogados em um canto da sala”, quando deveriam auxiliar na educação dos estudantes.

GEOVANI COBRA REAJUSTE PARA POLICIAIS DOS EX-TERRITÓRIOS

Geovani Borges (PMDB-AP) cobrou de Romero Jucá (PMDB-RR) o cumprimento de acordo firmado entre o governo e os líderes de partido, no dia 1º de abril, vinculando a aprovação de reajuste de salários dos policiais civis e militares e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal à extensão do benefício a policiais militares e bombeiros dos antigos territórios. Entretanto, recordou, o reajuste foi aprovado por meio de MP, sem a extensão do benefício às mesmas categorias dos ex-territórios.

MÃO SANTA PEDE INTERVENÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao pedir uma intervenção na Câmara dos Deputados, Mão Santa (PMDB-PI) citou Luiz Inácio Lula da Silva, que, anos antes de se eleger presidente da República, disse que naquela Casa havia “300 picaretas”. Para o senador, entretanto, esse número está aumentando.

Mão Santa ressaltou que, na Câmara, também há gente respeitável e citou artigo do deputado José Aristodemio Pinotti, segundo o senador “um dos médicos mais sábios, mais respeitáveis, mais honrados” do país.

Jayme quer mudança na PEC dos Vereadores

Jayme Campos (DEM-MT) alertou para a necessidade de modificação do texto da proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que cria 24 faixas de números de vereadores, de acordo com a população de cada município.

A matéria, que foi aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, aumenta o número de vereadores dos atuais 51.748 para 59.791 e reduz, ao mesmo tempo, os repasses às câmaras municipais de R\$ 6 bilhões para R\$ 4,8 bilhões anuais.



Heráclito (segundo à direita) preside reunião que discutiu mensagens presidenciais

Aprovadas indicações para as embaixadas no México e na China

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho (MSF 271/08) para o cargo de embaixador no México. O nome de Clodoaldo Hugueneu Filho (MSF 105/08) foi aprovado para representar o Brasil conjuntamente na China, na Mongólia e na Coréia.

Sérgio Augusto de Abreu ressaltou o interesse do México em reduzir sua dependência em relação aos Estados Unidos, o que, no seu entendimento, é uma oportunidade de estreitamento de relações com aquele país.

Clodoaldo Hugueneu Filho afirmou que China e Brasil enfrentam o desafio de superar o subdesenvolvimento. Para o diplomata, como os problemas enfrentados

pelos países são em muitos casos semelhantes, fica aberta uma perspectiva interessante de diálogo e parceria.

OMC

A comissão também acolheu a indicação de Roberto Carvalho de Azevedo (MSF 96/08) para delegado permanente do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Roberto Carvalho de Azevedo deve atuar ainda pelo Brasil junto a outras organizações econômicas com sede em Genebra, na Suíça. Também representará o país no Grupo dos 15 (G-15), reunião de países em desenvolvimento para defesa de interesses comerciais perante o mundo desenvolvido.

As três mensagens aprovadas pelo colegiado serão agora examinadas pelo Plenário.

Virgílio cobra de Lula explicações sobre cartas enviadas pelas Farc

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse considerar inadmissível que o governo brasileiro tenha tratativas diplomáticas com as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc). E exigiu que o presidente Lula explique o que se passou quando recebeu, em 2003, três cartas assinadas pelo ex-líder daquela organização Raúl Reyes, morto em março último.

Segundo a revista *Época*, Reyes “tentou, oficialmente, estabelecer laços entre a guerrilha colombiana e o governo Lula”. A matéria afirma que as cartas “foram levadas ao gabinete presidencial por um parlamentar do PT”, que, segundo Virgílio, as teria entregue ao então assessor especial de Lula, Frei Betto. Este teria repassado as cartas a Lula, mas, em declaração recente, o assessor para assuntos internacionais do presidente, Marco Aurélio Garcia, teria dito que Lula não recebeu o material. Eduardo Suplicy (PT-SP) contou que entregou a correspondência ao



É inadmissível que o governo mantenha vínculo com a organização, diz Virgílio

assessor especial.

– Frei Betto não mentiria. E, como conheço o senador Suplicy, prefiro acreditar que Marco Aurélio Garcia é quem está mentindo. Por isso, seria muito bom que o presidente falasse sobre isso com clareza – disse Virgílio.

Suplicy confirmou ter entregado cartas recebidas do então vereador pelo PT de Guarulhos Edson Antônio Albertão, hoje no PSOL, interlocutor das Farc.

Objetivo é a elaboração de projetos a serem financiados com recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul e de organismos multilaterais, como o BID

Mercadante propõe agência de desenvolvimento para o Mercosul

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentará moção, na próxima reunião do organismo, sugerindo a criação de uma agência de desenvolvimento para o bloco. O anúncio foi feito em audiência pública realizada ontem com a presença do embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil no Mercosul e na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

O principal objetivo da agência, segundo Mercadante, seria elaborar projetos que estimulem o desenvolvimento dos países do bloco e a integração regional. Por meio da elaboração de projetos técnicos, acredita o senador, será garantida uma boa utilização dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), além de possíveis futuros financiamentos de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

– O investimento determina a poupança, ou seja, quando se tem bons projetos se obtêm os



Arslanian, ao lado de Mercadante e Doutor Rosinha, fala à Representação

financiamentos. E a agência de desenvolvimento poderia prestar assistência técnica para a preparação dos projetos – sugeriu.

Como exemplo de projeto que poderia ser beneficiado com o Focem, que já alcança US\$ 153 milhões, o senador citou a ampliação do sistema de distribuição de eletricidade no Paraguai, usando como base a energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu. Com mais eletricidade, previu, empresas brasileiras poderiam investir em indústrias no país vizinho.

Arslanian considerou “muito boa” a idéia de criação de uma agência. Com menos de dois anos de funcionamento, o fundo, segundo o embaixador, já financiou obras como um conjunto habitacional na periferia de Assunção,

no Paraguai. Outro projeto já pronto para ser colocado em prática, anunciou, é uma nova interligação da rede de energia do Uruguai com a do Brasil.

Arslanian elogiou ainda as contribuições do Parlamento do Mercosul ao processo de integração regional. Em sua opinião, os parlamentares propõem

uma agenda mais ampla de debate, com temas como educação. Após ouvir essa observação, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou os problemas enfrentados por estudantes da área de fronteira, que freqüentam aulas de faculdades situadas em países vizinhos sem contarem com proteção legal.

Mercadante também anunciou a intenção de pedir informações ao Paraguai a respeito do tratamento concedido a agricultores brasileiros que vivem no país, os chamados “brasiguaios”, que estariam sendo vítimas de “constrangimentos inaceitáveis”.

A próxima reunião do Parlamento do Mercosul deve ocorrer nos dias 27 e 28 deste mês na cidade de Tucumán, Argentina.

Envolvimento de empresas na integração será discutida

A Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul deverá promover em outubro, em Montevideu, seminário sobre a participação de pequenas e médias empresas no processo de integração das cadeias produtivas dos países que compõem o bloco. O anúncio foi feito ontem pelo embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil no bloco econômico e na Aladi, na audiência pública promovida ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Durante a próxima cúpula dos presidentes do bloco, a ser realizada a partir do dia 30 na cidade de Tucumán, Argentina, deve ser anunciada a criação de um fundo destinado às pequenas e médias empresas, informou o embaixador. O objetivo, disse ele,

será garantir financiamentos aos pequenos e médios empresários.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) comentou ter ficado “entusiasmado” com a realização do seminário. Ele anunciou que buscará as informações necessárias para a participação de empresários de seu estado, o Acre, no encontro em Montevideu.

União aduaneira

Em sua exposição aos integrantes da Representação Brasileira, Arslanian informou que até 2015 será concluído o processo de implantação da união aduaneira no Mercosul. Até lá, devem ser eliminadas todas as atuais exceções à tarifa externa comum aplicada pelo bloco a produtos de outros países. Diante desse quadro, observou, deverá ter maior ênfase

o processo de integração das cadeias produtivas.

– É preciso que haja integração das indústrias do Mercosul – cobrou Régis Arslanian, após citar os setores automotivo e de móveis como os mais adiantados nesse processo.

O embaixador previu a conclusão, até o final deste ano, das negociações para o fim da dupla cobrança da tarifa externa comum dentro do bloco. A dupla cobrança ocorre quando um produto que vem de fora do bloco recebe a primeira tributação ao ingressar no espaço comum e uma segunda cobrança quando é reenviado a outro país do bloco. Segundo ele, a dupla cobrança tem sido um dos entraves à negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.



Paim (C) e José Augusto, da CNTC (D), ouvem a exposição de Pochmann

Pochmann defende combate à desigualdade via tributos

“Precisamos enfrentar a desigualdade social e a pobreza com uma política tributária mais justa, reduzindo o peso dos impostos diretos, como a Cofins, e aumentando a carga tributária sobre os impostos indiretos, como o Imposto de Renda, por exemplo.” A sugestão foi feita ontem pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, na Comissão de Direitos Humanos. Ele participou de audiência pública sobre o impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

Márcio Pochmann afirmou aos senadores que há, no Brasil, um horizonte muito grande de possibi-

lidades para se combater a desigualdade social e a pobreza, mas, observou, não é tradição olhar o sistema tributário como uma delas. Para o presidente do Ipea, a tributação não pode ser vista somente como um elemento de arrecadação, mas também sob o ponto de vista da “justiça tributária”.

Com base em estudos do Ipea, Pochmann assinou que os ricos no Brasil “praticamente não pagam impostos”, ao contrário do que acontece em países mais desenvolvidos. Por isso, explicou que a redução na cobrança da Cofins beneficiaria a camada mais pobre, pois reduziria os preços dos produtos e serviços, possibilitando às famílias ampliar seu consumo.

Grupo de trabalho poderá analisar peso dos impostos

Um grupo de trabalho poderá ser criado pela Comissão de Direitos Humanos com a finalidade de analisar o peso da carga tributária no Brasil e alternativas para combater as desigualdades e a pobreza no país. Sugestão nesse sentido foi apresentada por Flávio Arns (PT-PR), que participou da audiência pública sobre o impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

Segundo o senador, o objetivo principal do grupo de trabalho seria constatar se há menor atendimento aos direitos humanos no Brasil em função de uma carga tributária injusta.

– Será que, em função dessa carga tributária, sobra menos dinheiro para a saúde e para outras necessidades fundamentais, como

o pagamento da energia elétrica? Todo mundo se questiona sobre isso e nós precisamos, no mínimo, não pensar apenas nesse ou no próximo governo, mas em como o Brasil poderia dar uma mudada para que a vida fosse mais tranquila. lamentou o parlamentar.

A mesma opinião tem Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem é motivo de apreensão a constante elevação da Selic, que subiu 0,5% quarta-feira, chegando ao patamar de 12,25% ao ano. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser preciso um princípio de proporcionalidade no pagamento do Imposto de Renda. Ele considerou preocupante, no entanto, elevar a maior contribuição sobre esse tributo de 27% da renda para 60%, como sugeriu o presidente do Ipea, Márcio Pochmann.

Seguirá para votação do Plenário projeto que estende ao portador de visão monocular o mesmo tratamento concedido ao deficiente visual

Comissão amplia benefícios de pessoas com deficiência

Projeto que caracteriza a visão monocular como deficiência visual foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O objetivo da medida é estender às pessoas com essa condição os benefícios já assegurados aos deficientes visuais.

No parecer sobre a matéria (PLC 20/08), o senador Flávio Arns observa que o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência já inclui, por decisão judicial, as pessoas com audição unilateral. A proposta vai ao Plenário.



Arns: pessoas com audição unilateral já são atendidas

Projeto reforça o combate à pedofilia pela internet

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir na tipificação do delito de pedofilia a conduta de adquirir, ainda que gratuitamente, fotografias e imagens pornográficas envolvendo criança ou adolescente.

Pela proposta (PLS 202/06), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), mesmo o portador de imagens tiradas do computador, por meio da internet, estaria sujeito a punição se essas fotos contiverem cenas de pornografia ou de sexo explícito com crianças e adolescentes.

O relator, Flávio Arns (PT-PR), argumentou haver redes organizadas que tiram proveito financeiro dessas imagens. Por isso, o projeto estabelece punição a quem apresenta, adquire, vende, compra ou publica esse material na internet.

A CDH aprovou também parecer de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) a projeto (PLS 14/08) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que incluiu os portadores de deficiência auditiva entre os beneficiários da isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na compra

de veículos. O projeto será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O colegiado acolheu ainda o PLS 668/07, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e relatado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), que amplia por mais dois meses a duração do seguro-desemprego quando o beneficiário for pai, mãe ou responsável legal de criança portadora de qualquer tipo de deficiência. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisará agora a matéria, em decisão terminativa.

Empregado idoso deve receber mais proteção

A CLT deverá garantir mais proteção ao trabalho das pessoas com mais de 60 anos de idade. A CDH aprovou projeto (PLS 315/07) de Lúcia Vânia determinando que a empresa que empregar idoso será obrigada a realizar exames médicos periódicos, às suas custas, inclusive de acuidade visual. As empresas também não poderão usar um idoso em serviço que exija força muscular superior a 20 quilos em trabalho contínuo.

Em seu parecer, Paulo Paim destaca o alcance social do projeto, observando que, enquanto não se melhorar o nível de renda dos aposentados, os idosos continuarão a trabalhar e a necessitar, portanto, de melhores condições de trabalho. Ele também considerou “importante garantir a boa utilização dessa mão-de-obra altamente qualificada, mas que precisa de proteção”.

CDH acolhe sugestão de voto facultativo

A adoção do voto facultativo no processo eleitoral brasileiro foi acolhida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Trata-se de sugestão encaminhada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima, da cidade de Governador Valadares (MG).

O relator da proposta, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), concordou que o ato de votar deve ser um direito do cidadão, e não uma obrigação, que pode não repre-

sentar sua vontade. Lembrou, no entanto, que o voto obrigatório é uma disposição constitucional e que, portanto, será necessário apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), com a assinatura de 27 senadores, para dar início à tramitação da matéria no Congresso Nacional. Ele se prontificou em começar, imediatamente, a colher as assinaturas necessárias e, posteriormente, redigir e apresentar a proposta.

Trabalho infantil no Paraná terá audiência

Requerimento de Flávio Arns (PT-PR) para realização de audiência pública sobre denúncia de trabalho infantil no cultivo e na preparação das folhas de fumo no Paraná foi acolhido ontem pela Comissão de Direitos Humanos.

Deverão ser convidados para o debate representantes dos ministérios da Saúde; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Trabalho e Emprego; do Desenvolvimento Agrário; bem como do Ministério Público do Trabalho e das famílias dos menores citados na denúncia.

Outro requerimento aprovado pela comissão, de autoria de Paulo Paim, solicita realização de audiência pública sobre os acidentes aéreos que envolveram a empresa Gol, em setembro de 2006, e a TAM, em julho de 2007. O debate deverá reunir representantes de familiares das vítimas, das companhias aéreas e do governo federal, em especial do Comando da Aeronáutica.

Colômbia

A CDH aprovou ainda requerimento de iniciativa de Inácio Arruda (PCdoB-CE) propondo a criação de comissão temporária externa para acompanhar o processo de paz em curso na Colômbia.

Flávio Arns (PT-PR) propôs que a matéria fosse remetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para uma primeira análise do ponto de vista diplomático. Por sua vez, José Nery (PSOL-PA) lembrou que um processo de paz implica a aquiescência sobre a necessidade de concessões de ambas as partes.

Nery também comentou que a CRE realizará, na próxima semana, audiência pública com o embaixador da Colômbia e outras autoridades do país para debater o processo de paz. Ele sugeriu que a CRE e a CDH façam um pedido conjunto de formação dessa comissão externa. A prerrogativa de formar uma comissão especial ou temporária é exclusiva do Plenário do Senado.